

**20  
22**

**QUINTA  
EDIÇÃO**

**MARCELO  
ABELHA  
RODRIGUES**

# **SUSPENSÃO DE SEGURANÇA**

**SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DE DECISÃO  
JUDICIAL CONTRA O PODER PÚBLICO**

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**

---

R696s Rodrigues, Marcelo Abelha

Suspensão de segurança: suspensão da execução de decisão judicial contra o Poder Público / Marcelo Abelha Rodrigues. - 5. ed. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2022.

208 p. ; 17cm x 24cm.

Inclui bibliografia e índice.

ISBN: 978-65-5515-418-4

1. Direito. 2. Direito processual. 3. Suspensão de segurança. 4. Suspensão da execução. 5. Decisão judicial. 6. Poder Público. I. Título.

2021-4776

CDD 341.46

CDU 347.9

---

**Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410**

**Índices para Catálogo Sistemático:**

1. Direito processual 341.46

2. Direito processual 347.9

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 5ª EDIÇÃO.....	VII
PREFÁCIO À 1.ª EDIÇÃO (ANO 2000).....	IX
LISTA DE ABREVIATURAS .....	XI
CAPÍTULO 01 – BREVE ANOTAÇÃO HISTÓRICA DA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA....	1
1.1 Introdução .....	1
1.2 Origem remota: as raízes do instituto .....	2
1.3 Segunda fase: predominância do estado liberal na suspensão de segurança .....	6
1.4 Terceira fase: influência do estado social na suspensão de segurança – panorama da suspensão de segurança nos diversos diplomas legais .....	12
1.5 Quarta fase: a criticável proliferação das hipóteses de cabimento do instituto ....	20
1.6 Quinta fase: o novo cpc e perspectivas em relação à suspensão de segurança .....	23
CAPÍTULO 02 – ASPECTOS GERAIS: NATUREZA JURÍDICA, CONSTITUCIONALIDADE E FINALIDADE.....	29
2.1 Natureza jurídica .....	29
2.2 Constitucionalidade .....	35
CAPÍTULO 03 – REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA .....	43
3.1 Introito: juízo de admissibilidade e de mérito do incidente de suspensão de segurança.....	43
3.1.1 A admissibilidade .....	43
3.1.2 O mérito .....	44
3.2 Estado de pendência de onde emana o pedido de suspensão de segurança .....	45
3.3 Inadmissão da suspensão de segurança quando o poder público está na posição de autor da demanda .....	46
3.4 Inadmissão da suspensão de segurança em cumprimento definitivo da sentença ou em processo de execução .....	48
3.5 Da necessidade de provocação (requerimento) ao tribunal competente.....	50

3.6 Vigência da decisão que se pretende suspender .....	50
3.7 Suspensão de segurança nos processos objetivos .....	50
3.8 Competência .....	53
3.8.1 Introito .....	53
3.8.2 Identificação da competência para a suspensão de segurança em manda- do de segurança .....	55
3.8.2.1 Suspensão da execução da <i>liminar</i> ou da <i>sentença</i> .....	55
3.8.2.2 Competência na hipótese de suspensão da suspensão negada pelo Presidente do Tribunal (art. 15, § 1º, da Lei 12.016) .....	56
3.8.2.3 Suspensão do acórdão do Plenário ou órgão especial que dá pro- vimento ao agravo interno que revoga a suspensão concedida....	58
3.8.2.4 Suspensão de segurança contra acórdão que nega provimento a agravo de instrumento interposto contra a <i>liminar</i> .....	58
3.8.3 Suspensão de segurança de decisão ( <i>liminar</i> ou acórdão) proferida em única ou última instância em mandado de segurança (na hipótese do art. 25 da Lei 8.030) .....	59
3.8.4 Identificação da competência para a suspensão de segurança para os de- mais casos do art. 4.º da Lei 8.437/1992 .....	60
3.8.5 Suspensão de segurança e deslocamento da competência .....	61
3.8.6 Impedimento e suspeição na suspensão de segurança .....	63
3.8.7 O uso da reclamação para preservação da competência na suspensão de segurança .....	64
3.8.8 Inexistência de competência horizontal do Presidente da Tribunal de onde emanou a decisão <i>liminar</i> cuja execução se pretende suspender.....	65
3.8.9 Direito local – incompetência do STJ e STF .....	68
3.9 Legitimidade .....	70
3.9.1 A legitimidade da pessoa jurídica de direito público .....	70
3.9.2 A legitimidade do Ministério Público .....	72
3.9.3 A Legitimidade do agente político afastado .....	76
3.10 Suspensão de segurança em procedimento criminal .....	79
 CAPÍTULO 04 – MÉRITO DO INCIDENTE DE SUSPENSÃO DE SEGURANÇA: OS FUNDAMENTOS (DE DIREITO E DE FATO) E O PEDIDO NA SUSPENSÃO DE SEGU- RANÇA .....	 83
4.1 Introito .....	83
4.2 Fundamentos de direito: as hipóteses de cabimento .....	83
4.2.1 Introito .....	83

4.2.2	Suspensão de segurança em mandado de segurança.....	84
4.2.2.1	Suspensão de decisão proveniente de juiz de primeiro grau de jurisdição (art. 15 da Lei 12.016).....	84
4.2.2.1.1	Introito.....	84
4.2.2.1.2	Suspensão da liminar ou da sentença proferida por juiz em mandado de segurança .....	85
4.2.2.1.3	Suspensão da suspensão negada (art. 15, § 1.º, da Lei 12.016/ 2009) .....	86
4.2.2.1.4	Suspensão dos efeitos do acórdão do plenário do TJ/Tribunais regionais (art. 15, § 1º segunda parte).....	88
4.2.2.1.5	Suspensão dos efeitos do acórdão no agravo de instrumento interposto pelo ente público que confirma a liminar do juiz de primeiro grau (§ 2.º do art. 15 da Lei 12.016/2009).....	89
4.2.2.1.6	Suspensão coletiva (efeito expansivo dos limites subjetivos da suspensão de segurança para outros casos semelhantes).....	91
4.2.2.2	Suspensão da decisão (liminar ou acórdão) proferida em única ou última instância pelo Tribunal (art. 25 da Lei 8.038/1990) ....	94
4.2.3	Suspensão de segurança nos demais casos (medida cautelar, ação civil pública, ação popular, tutelas provisórias).....	96
4.2.3.1	Suspensão da liminar e sentença em ação cautelar inominada (art. 4.º, <i>caput</i> e § 1.º, da Lei 8.437/1992).....	96
4.2.3.2	Suspensão da liminar ou sentença em ação civil pública e ação popular.....	99
4.2.3.3	Suspensão dos efeitos do acórdão que julgou o agravo regimental em desfavor do Poder Público (art. 4º da Lei 8.437) .....	101
4.3	Fundamento de fato: a existência de “risco de grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas” .....	104
4.3.1	O juízo de convencimento: juízo político e demonstração do risco de grave lesão .....	104
4.3.2	O dano potencial decorrente do “efeito multiplicador” .....	109
4.3.3	As expressões “Manifesto interesse público”, “flagrante ilegitimidade”, “evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas” .....	111
4.3.3.1	Introito .....	111
4.3.3.2	A opção política de privilegiar a tutela do interesse público enquanto não se tornou definitiva a decisão contra o poder público. ....	112

4.3.3.3	Para “evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas”.....	114
4.3.3.3.1	Ainda sobre o sopesamento de valores em jogo .....	114
4.3.3.3.2	A finalidade de evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas .....	116
4.3.3.4	As expressões “flagrante ilegitimidade” e o “manifesto interesse público” constantes apenas do art. 4º da Lei 8.437 .....	123
4.4	O pedido na suspensão de segurança .....	126
4.4.1	O que significa suspender a execução.....	126
4.4.2	Pronunciamento decisório numa demanda movida contra o Poder Público... ..	126
4.4.3	A “execução” do pronunciamento decisório, cuja eficácia se pretende suspender .....	128
4.4.4	Prazo para requerimento do pedido de suspensão.....	133
4.4.5	Limites objetivos do incidente .....	134
4.4.6	A decisão que suspende a execução .....	139
4.4.6.1	Natureza do pronunciamento que suspende a execução da decisão... ..	139
4.4.6.2	Prazo de duração da suspensão da execução da decisão judicial. ....	145
4.4.6.2.1	Introito.....	145
4.4.6.2.2	Vigência da decisão cuja eficácia foi suspensa no incidente .....	146
CAPÍTULO 05 PROCEDIMENTO DO INCIDENTE DE REQUERIMENTO DE SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO DE DECISÃO JUDICIAL .....		153
5.1	Generalidades .....	153
5.2	Petição inicial .....	154
5.3	Emenda da petição inicial .....	155
5.4	Indeferimento .....	155
5.5	Deferimento .....	156
5.6	Recebimento da petição inicial .....	158
5.7	O direito ao contraditório pelo autor da demanda .....	158
5.8	A intervenção do ministério público .....	161
5.9	O recurso de agravo no incidente de suspensão de execução de decisão judicial .....	164
5.9.1	Generalidades.....	164
5.9.2	Cabimento do agravo interno.....	165

5.9.2.1	Agravo interno nos incidentes de suspensão de execução nos processos de mandado de segurança.....	165
5.9.2.2	Prazo para interpor o agravo interno da decisão do presidente...	167
5.10	Procedimento do agravo interno .....	168
5.11	O requerimento de suspensão da decisão diante do recurso contra a mesma decisão ...	169
	REFERÊNCIAS .....	177